



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 63 do Regimento Interno, designo como relatora do Projeto de Lei nº55/2019, a Vereadora Elzinha Mendonça para que apresente parecer em até sete dias.

Rio Branco/AC, 04/12 de 2019.

  
**Vereador Rodrigo Forneck**  
Presidente da CCJRF

**MANIFESTO CIÊNCIA**  
da relatoria designada acima, em  
05/12/2019.  
  
**Vereadora Relatora**



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS**



**PARECER Nº 53/2019/CCJRF e CMAARF**

**Autoria:** Vereador Mamed Dankar

**Relatoria:** Vereadora Elzinha Mendonça

**I - RELATÓRIO**

A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL** conjuntamente com a **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, AGROPECUÁRIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - CMAARF** apreciam o Projeto de Lei nº 55/2019 que dispõe sobre a Instituição do Programa Municipal de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar no âmbito do Município de Rio Branco/AC, na modalidade compra e doação simultânea e dá outras providências.

Projeto de lei juntado às fls. 02/03 e justificativa à fl. 04.

A intenção do projeto é promover a agricultura familiar no âmbito do Município de Rio Branco através da instituição de um programa voltado à aquisição de alimentos produzidos em núcleo familiar.

A Procuradoria Legislativa acenou pela inexistência de óbice jurídico à aprovação da matéria, e sugeriu emendas.

Após a devida designação à relatoria, tomei dela ciência e passo ao meu voto. É o necessário a relatar.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que o Projeto de Lei nº 59/2019 se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, de acordo com o que dispõem os arts. 30, I, da CF/88 e 22, I, da Constituição Estadual, por se tratar de proposição que trata de matéria de interesse local, especificamente quanto à produção agrícola desenvolvida através da economia familiar no âmbito do Município de Rio Branco.

Não há vício de iniciativa, pois a matéria em questão não se enquadra nas hipóteses de iniciativa privativa previstas na Lei Orgânica, podendo, portanto, ser proposta por qualquer dos legitimados à propositura de leis no âmbito municipal.

Quanto à espécie normativa utilizada, percebe-se que o projeto não versa sobre matérias reservadas às leis complementares (art. 43, § 1º, da Lei Orgânica), podendo ser veiculado por lei ordinária.

O projeto institui, no plano municipal, programa de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, tendo como principais objetivos o incentivo da agricultura familiar e a promoção do acesso à alimentação.

Nesse sentido, as ações do programa são voltadas para as seguintes finalidades: a) incentivo à agricultura familiar, de modo sustentável, a fim de se promover a inclusão econômica e social do núcleo familiar produtor; b) incentivo ao consumo e a valorização dos alimentos produzidos por essa forma de cultivo; c) promoção do acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; d) abastecimento alimentar a partir de





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



compras governamentais de alimentos pelo Município de Rio Branco, incluída a alimentação escolar da rede pública e filantrópica de ensino, a rede socioassistencial e equipamentos de alimentação e nutrição (art. 1º).

Analisada a proposição, observo que esta visa contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar na perspectiva de valorização do trabalho humano (**art. 170 da Constituição Federal**) e redução das desigualdades sociais (**art. 3º, III, da Constituição Federal**), como também com a saúde alimentar dos munícipes (**art. 196 da Constituição Federal**) e com o uso sustentável dos recursos ambientais (**art. 225, da Constituição Federal**).

É importante destacar que a proposta em comento está em conformidade com o regramento federal estabelecido a partir da criação do **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** instituído pelo governo federal, de caráter nacional, consoante o previsto no **art. 19 da Lei nº. 10.696/2003**, de modo que não demonstra aptidão para violar qualquer princípio ou regra constitucional, nem mesmo os atinentes à legislação infraconstitucional.

Inclusive, o PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

Entretanto, ainda que seja uma atividade muito importante para o sustento de diversas famílias que vivem na zona rural, dados apontam que cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são fruto da agricultura familiar.

Vale frisar que, nesse processo, técnicas de cultivo e extrativismo que englobam práticas tradicionais e conhecimento popular estão presentes. Além disso, as famílias vivem da venda de produtos que plantam. Portanto, a agricultura é uma importante fonte de renda familiar, a qual surge do trabalho em equipe realizado no campo.

A agricultura familiar colabora para a geração de renda e emprego no campo e ainda, melhora o nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola. Ela está presente em quase 85% das propriedades rurais do país. No entanto, as dificuldades enfrentadas por esses pequenos agricultores e a expansão do agronegócio tem levado a inúmeros problemas de ordem social e econômica. Razões pelas quais devemos fomentar e subsidiar a prática familiar da agricultura.





**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS**



Em 2006, a Lei Federal nº 11.326 foi considerada um avanço na definição de políticas públicas para o setor. Dentre outras coisas, ela estabelece conceitos, princípios e diretrizes para a criação de uma política nacional consistente e eficiente ligada a agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais.

Nesse cenário, além do PAA, destacam-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Garantia Safra.

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar, reconhecendo o papel fundamental desse setor para a segurança alimentar no mundo. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura foi convidada a facilitar sua implementação, em colaboração com governos, instituições internacionais de desenvolvimento, organizações de agricultores e outras organizações relevantes do sistema das Nações Unidas, bem como organizações não governamentais relevantes. Buscou-se então destacar o perfil da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, focalizando a atenção mundial em seu importante papel na erradicação da fome e pobreza, provisão de segurança alimentar e nutrição, melhora dos meios de subsistência, gestão dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, particularmente nas áreas rurais.

Portanto, programas e projetos desenvolvidos ou incentivados pelo Poder Público e por organizações civis têm sido primordiais para o fortalecimento da agricultura familiar colaborando com a qualidade de vida de todos os envolvidos no processo, com o meio sustentável de sobrevivência natural, com a geração de emprego e renda e, sobretudo, colaborando com a redução da pobreza.

Pois bem.

Todavia, ressalta-se a necessidade de adequação de alguns de seus dispositivos no que tange aos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa, bem como para a inclusão da necessidade de regulamentação pelo Poder Executivo Municipal, a fim de dar concretude ao programa.

Dessa forma, proponho as seguintes emendas ao texto da proposta:

**Emenda Modificativa**

A emenda passa a deter tal redação:

"Institui o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar no âmbito do Município de Rio Branco e dá outras providências."

**Emenda Modificativa**

"Art. 3º A aquisição dos produtos no âmbito do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar observará, no que couber, procedimentos, critérios, exigências, limites, valores e preços estabelecidos na legislação federal vigente de que trata o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA."



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS**



**Emenda Modificativa**

"Art. 4º A estruturação do Programa Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e demais fatores atinentes à sua execução serão regulamentados pelo Poder Executivo Municipal em até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação."

**Emenda Modificativa**

"Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento do Município de Rio Branco."

**Emenda Modificativa**

"Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Mediantes as emendas propostas, manifesto meu voto.

**III - VOTO**

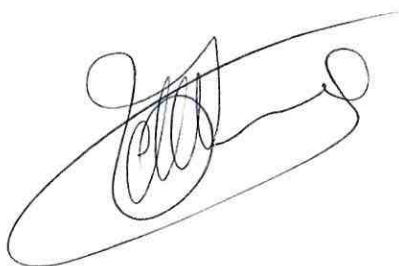
Ante o exposto, em posse das razões colacionadas, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 55/2019, com as emendas propostas.

Submeto aos demais pares.

Rio Branco, 11 de dezembro de 2019.

  
**Vereadora Elizinha Mendonça**  
Relatora

Ciente 12/12/2019  
  
**MAMED DANKAR**  
Vereador - PT



"Valorize a vida, não use drogas"





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CCJRF

PARECER Nº 53/2019/CCJRF e CMAARF

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Artêmio Costa Membro Titular	Ausência Justificada	Ausência Justificada
Vereador Eduardo Farias Membro Titular	pelos conclusões	[Signature]
Vereador N. Lima Membro Titular	com o relatório	[Signature]
Vereador Rodrigo Forneck Membro Titular	Pelos conclusões	roforneck.
Vereador Célio Gadelha Membro Suplente	_____	_____
Vereador Jakson Ramos Membro Suplente	pelos conclusões	[Signature]





CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
COMISSÕES TÉCNICAS



TERMO DE VOTAÇÃO NOMINAL – CMAARF

PARECER Nº 53/2019/CCJRF e CMAARF

PARLAMENTAR	VOTO	ASSINATURA
Vereador Laércio da Farmácia Membro Titular	<i>pelos conclusões</i>	
Vereador José Carlos Juruna Membro Titular	<i>em reator</i>	
Vereador N. Lima Membro Titular	<i>com o relatório</i>	
Vereador Raimundo Neném Membro Titular	<i>Pelo voto</i>	
Vereador Mamed Dankar Membro Suplente	_____	_____
Vereador Célio Moreira Membro Suplente	_____	_____



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – ACRE  
Comissões Técnicas



## CERTIDÃO

Certifico que o Projeto de Lei nº 55/2019 foi **aprovado** na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final – CCJRF e na Comissão de Meio Ambiente, Agropecuária e Regularização Fundiária - CMAARF, em reunião extraordinária realizada neste dia, presidida pelo Vereador Rodrigo Forneck, presentes ainda os Vereadores N. Lima, Elzinha Mendonça, Jakson Ramos, Eduardo Farias, Laércio da Farmácia, José Carlos Juruna e Raimundo Neném. Ausente justificadamente o Vereador Artêmio Costa.

É a verdade que certifico.

Rio Branco, 11 de dezembro de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

## DESPACHO

Consoante dispõe o artigo 79 do Regimento Interno, exaurida a tramitação no âmbito das Comissões Técnicas, remeto o Projeto de Lei nº 55/2019 e seu respectivo parecer com votos à Mesa Diretora para inclusão na Ordem do Dia.

À Diretoria Legislativa.

Rio Branco, 11 de dezembro de 2019.

  
**Willian Pollis Mantovani**  
Chefe – Setor de Comissões Técnicas  
Portaria nº 46/2019

**ACUSO RECEBIMENTO, em**  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

\_\_\_\_\_  
**Diretoria Legislativa**